



Proc. Administrativo 16- 1.133/2024

De: Isac M. - SECADM-FROTA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 19/12/2024 às 10:18:14

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-LIC, GP, SECADM-FROTA, SECADM-CONTABILIDADE, SECVIA-OBRA, SECVIA-OBRA-FROTA, SECVIA-OBRA-ADMIN, SECPLAN-COORD-PROJETOS, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços

Pregão 90123/2024 - PNEUS para frota

segue

—

Isac Vitor Medeiros
Agente Administrativo

Anexos:
TR_PNEUS.pdf



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

TERMO DE REFERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS

(Processo Administrativo nº 1.133/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de pneus para veículos de passeio e utilitários, ônibus, caminhões e máquinas agrícolas e rodoviárias, para frota municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un.	Preço máximo	Preço máximo total
1	1930 337564	PNEU 1000R20; RADIAL; TT (tube type) 16-PR (ply rating = número de lonas); Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo de 2.650 kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	113	UN	2.486,83	281.011,79
2	3274 464151	PNEU 215/75R17,5 RADIAL TL (tubeless); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo: 2180 Kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	113	UN	1.108,97	125.313,61
3	6675 337052	PNEU 1400R24; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 16-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3550. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	300	UN	4.949,90	1.484.970,00





Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4	31065 292508	PNEU 215/75R16C RADIAL TL (tubeless); 8-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo 1150 kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	150,00	UN	1.055,33	158.299,50
5	31068 337421	PNEU 295/80R22.5 RADIAL TL (tubeless); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; capacidade de carga por pneu de no mínimo de 3550 kg; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	450	UN	2.369,54	1.066.293,00
6	33350 398016	PNEU 24.5-32; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 4375 Kg. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	6	UN	11.657,46	69.944,76
7	38692 605235	PNEU 235/75R17.5 RADIAL TL (tubeless); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo: 2575 Kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	75	UN	1.057,02	79.276,50
8	29832949 384738	PNEU 17.5-25 CONVENCIONAL / DIAGONAL; APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 16-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3350 KG.	113	UN	5.099,12	576.200,56



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		(pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).				
9	29832950 384735	PNEU 12.5/80-18 CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 2625 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	75	UN	1.630,83	122.312,25
10	29832952 398016	PNEU 23.1-26; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3650 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	15	UN	7.473,11	112.096,65
TOTAL						4.075.718,62

Lote: 2 - COTA RESERVADA

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un.	Preço máximo	Preço máximo total
1 11	1930 337564	PNEU 1000R20; RADIAL; TT (tube type) 16-PR (ply rating = número de lonas); Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo de 2.650 kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	37	UN	2.486,83	92.012,71
2 12	3274 464151	PNEU 215/75R17,5 RADIAL TL (tubeless); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo: 2180 Kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	37	UN	1.108,97	41.031,89
3 13	6675 337052	PNEU 1400R24; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT	100	UN	4.949,90	494.990,00



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		(tube type); 16-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3550. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).				
4 14	31065 292508	PNEU 215/75R16C RADIAL TL (tubeless); 8-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo 1150 kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	50	UN	1.055,33	52.766,50
5 15	31068 337421	PNEU 295/80R22.5 RADIAL TL (tubeless); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; capacidade de carga por pneu de no mínimo de 3550 kg; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	150	UN	2.369,54	355.431,00
6 16	33350 398016	PNEU 24.5-32; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 4375 Kg. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	2	UN	11.657,46	23.314,92
7 17	38692 605235	PNEU 235/75R17.5 RADIAL TL (tubeless); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo: 2575 Kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	25	UN	1.057,02	26.425,50



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8 18	29832949 384738	PNEU 17.5-25 CONVENCIONAL / DIAGONAL; APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 16-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3350 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	37	UN	5.099,12	188.667,44
9 19	29832950 384735	PNEU 12.5/80-18 CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 2625 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	25	UN	1.630,83	40.770,75
10 20	29832952 398016	PNEU 23.1-26; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3650 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	5	UN	7.473,11	37.365,55
TOTAL						1.352.776,26

Lote: 3 - EXCLUSIVO ME | EPP

Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un.	Preço máximo	Preço máximo total
1 21	2750 337564	PNEU 11.00R22 RADIAL TT (tube type); 16-PR (ply rating = número de lonas) Uso misto; capacidade de carga por pneu de no mínimo 3350 kg; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "D"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 73 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	10	UN	2.614,25	26.142,50
2 22	33349 398016	PNEU 18.4-26 CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 2985 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	10	UN	5.583,80	55.838,00



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

3 23	37791 429862	PNEU 265/65R17 RADIAL TL (tubeless); TREADWEAR no mínimo 320 TRACTION (Aderência): Entre "AA" e "B"; TEMPERATURE (Resistência ao aquecimento) Entre "A" e "B"; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "C"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 72 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	8	UN	958,70	7.669,60
4 24	39223 429786	PNEU 255/55R19 RADIAL TL (tubeless); TREADWEAR no mínimo 260 TRACTION (Aderência): Entre "AA" e "A"; TEMPERATURE (Resistência ao aquecimento) Entre "A" e "B"; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "C"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 72 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	24	UN	1.276,42	30.634,08
5 25	29832947 617719	PNEU 215/65R16 RADIAL PNEU 215/65R16 RADIAL; TL (tubeless); TREADWEAR no mínimo 400 TRACTION (Aderência): Entre "AA" e "B"; TEMPERATURE (Resistência ao aquecimento) Entre "A" e "B"; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "C"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo: No máximo 72 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	8	UN	737,50	5.900,00
6 26	29832948 351016	PNEU 205/65R15 RADIAL TL (tubeless); TREADWEAR no mínimo 400 TRACTION (Aderência): Entre "AA" e "B"; TEMPERATURE (Resistência ao aquecimento) Entre "A" e "B"; SELO INMETRO: Resistência ao rolamento: Entre "A" e "C"; Aderência em pista molhada: Entre "A" e "C"; Ruído externo:	8	UN	605,21	4.841,68



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		No máximo 72 DB; com data de fabricação de no máximo 12 meses; garantia de 5 anos. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).				
7 27	29832951 308465	PNEU 19.5I-24; CONVENCIONAL / DIAGONAL APLICAÇÃO: TERRA; TT (tube type); 12-PR (ply rating = número de lonas) para TRAÇÃO; capacidade de carga por pneu de no mínimo 1980 KG. (pneu novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado).	10	UN	4.957,99	49.579,90
TOTAL						180.605,76

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns,

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de no mínimo 12 meses contados da publicação do contrato no PNCP, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos.

1.5. *O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a natureza dos bens é comum e a demanda é constante ao longo do ano, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a estabilidade e a continuidade das relações contratuais, o que favorece o planejamento e a execução das atividades da administração;*

1.6. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

2.3. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024

2.4. Data de publicação no PNCP: 24/01/2024

2.5. Id do item no PCA:, Apenas item 1749

2.6. Classe/Grupo: 2610



2.7. Identificador da Futura Contratação: 987541-5/2024

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Economia de Combustível: Priorizar pneus com baixa resistência à rolagem, pois contribuem para a redução do consumo de combustível, diminuindo as emissões de gases poluentes e os custos com combustíveis fósseis.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das conclusões extraídas do ANEXO I do ETP a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

4.3.1. 215/75R16 C 10 Lonas 116/114R RL108 da marca APTANY, conforme justificativa em “ANEXO I ETP PNEUS” ITEM 24 “MARCAS/MODELOS REPROVADOS”

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

1.1. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



1.1.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

1.2. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal, prevista no Decreto Municipal 21231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Especificação técnica do produto

5.1. Só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, para pneus de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021

Condições de Entrega

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa única, parcelada, a depender da demanda da secretaria solicitante

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Tiradentes, nº 700, centro sul CEP 85660-000 Dois Vizinhos PR.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).



6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158



da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.



7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização



do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. Caso sejam identificados pneus com danos ou não conformidades, a Administração poderá: 1º rejeitar a entrega, aplicando as penalidades contratuais previstas; 2º exigir a substituição imediata dos pneus, sem custos adicionais para a Administração, em um prazo máximo de 10 (dez) dias; e 3º promover a glosa dos valores correspondentes aos bens não conformes.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).



8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.13. o prazo de validade;

8.14. a data da emissão;

8.15. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.16. o período respectivo de execução do contrato;

8.17. o valor a pagar; e

8.18. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



8.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.31. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.34. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.35. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



8.36. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.37. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.38. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

- 8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/11/2024.
- 8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, ABERTO/FECHADO

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.26. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. As licitantes provisoriamente vencedoras deverão encaminhar, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em campo próprio da plataforma Compras Gov.:

9.34. Certificação junto ao Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (INMETRO) em plena validade. Obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais;



9.35. Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em nome da licitante e/ou em nome do fabricante ou importador.

9.36. Prospecto, informativo, catálogo, amostra, cartilha ou qualquer outro documento do Fabricante/marca, em língua portuguesa, que demonstre compatibilidade das especificações técnicas, descrição dos produtos e características mínimas, constantes neste termo, privilegiando o direito à informação no processo licitatório.

9.37. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante, importador ou reformador de pneus esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

9.37.1. Todos os itens

Catálogo/prospecto/certificado dos produtos

9.38. A classificação do objeto proposto ficará condicionada à aprovação dos catálogos/prospectos a serem analisados pelo pregoeiro e/ou equipe avaliadora do Departamento de Frotas.

9.39. As licitantes provisoriamente vencedoras serão convocadas para, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas úteis, anexar em campo próprio na plataforma Compras Gov., juntamente com a proposta ajustada, catálogos, prospectos, folders, etc. dos produtos, sob pena de desclassificação, onde constem as especificações técnicas e características dos produtos que permitam a consistente avaliação pela equipe avaliadora com base na tabela descritiva dos itens licitados.

9.40. AS EMPRESAS DEVEM ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NOS ITENS DA PROPOSTA, ORGANIZADOS INDIVIDUALMENTE NA ORDEM SEQUENCIAL NUMÉRICA DOS ITENS DA PROPOSTA E DO TERMO DE REFERÊNCIA, INDICANDO O NÚMERO DO ITEM NO NOME DO ARQUIVO EQUIVALENTE AO ITEM. COM ISSO OTIMIZANDO E AGILIZANDO O SERVIÇO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO. LEMBRANDO QUE:

9.40.1. TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO CONTER UMA DESCRIÇÃO COMPLETA DOS PRODUTOS, EM LÍNGUA PORTUGUESA. DOCUMENTOS COM INFORMAÇÕES INCOMPLETAS OU EM OUTRO IDIOMA SERÃO CONSIDERADOS INAPTOS

9.41. As oficializações da classificação dos produtos indicados ficarão condicionadas à aprovação dos documentos solicitados, que demonstrem compatibilidade das especificações técnicas, descrição dos produtos e características mínimas constantes neste termo, privilegiando o direito à informação no processo licitatório a ser analisada pela Comissão de Avaliação de Amostras ou prospecto do Departamento de Frotas do município de Dois Vizinhos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



9.42. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.43. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.45. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.46. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.47. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.48. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

1.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1.4. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.609.100,64 (cinco milhões, seiscentos e nove mil e cem reais e sessenta e quatro centavos, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. Gestão/Unidade: 09;

11.4. Fonte de Recursos: 002;

11.5. Programa de Trabalho: 15.452.0016.2049;

11.6. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00;

11.7. Plano Interno: 04690;

11.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Dois Vizinhos 19 de dezembro de 2024.

Isac Vitor Medeiros Matrícula Funcional 194971

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 78BA-D912-1B4A-994D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ISAC VITOR MEDEIROS (CPF 039.XXX.XXX-67) em 19/12/2024 10:18:59 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/78BA-D912-1B4A-994D>